

# O GLOBAL E O REGIONAL NAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE INCLUSÃO SOCIAL PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

GLOBAL AND REGIONAL ASPECTS OF NATIONAL STRATEGIES FOR SOCIAL INCLUSION BY WAY OF DIGITAL TECHNOLOGIES

LO GLOBAL Y LO REGIONAL EN LAS ESTRATEGIAS NACIONALES DE INCLUSIÓN SOCIAL POR LAS TECNOLOGÍAS DIGITALES

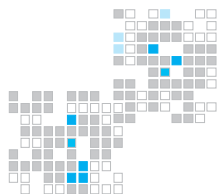


## Adilson Vaz Cabral Filho

■ Professor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador e publicitário. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE – Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência e do Informativo Eletrônico “Sete Pontos”: <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos>.

■ E - mail: [acabral@comunicacao.pro.br](mailto:acabral@comunicacao.pro.br)

44



## Eula Dantas Taveira Cabral

■ Analista em C&T, área de Comunicação Social, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Doutora e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Membro do grupo de pesquisa EMERGE – Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência e Editora do Informativo Eletrônico “Sete Pontos”: <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos>.

■ E-mail: [eula\\_cabral@yahoo.com.br](mailto:eula_cabral@yahoo.com.br)

## RESUMO

Embora algumas políticas nacionais adotadas no Brasil busquem expandir tecnologias com base em aspectos que contribuam para a sociedade, a comunicação precisa ser pensada de modo mais amplo e em relação com outros setores e direitos humanos, como: educação, crianças e adolescentes, segurança pública/violência, dentre outros. Diante desse cenário, cabe compreender a influência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no/como empreendimento de políticas sociais, questionando: como estratégias globais e regionais – vide a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI) e o Fórum de Governança da Internet (IGF) – contribuem para a promoção da inclusão social através da – chamada – inclusão digital?

**PALAVRAS-CHAVE:** INCLUSÃO SOCIAL; INCLUSÃO DIGITAL; CÚPULA MUNDIAL PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CMSI); FÓRUM DE GOVERNANÇA DA INTERNET (IGF).

## ABSTRACT

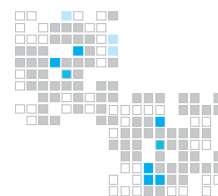
Although some Brazilian national policies seek to expand technologies based on aspects that contribute to the society, communication must be thought about in a broader sense and in relation to other sectors and human rights, such as education; children and teenagers; public security/violence, among others. In viewing this scenario, it becomes necessary to understand the influence of Information and Communication Technologies (ICTs) in/for development of social policies, by questioning: how do global and regional strategies – such as the World Summit on the Information Society (WSIS) and the Internet Governance Forum (IGF) – contribute to promotion of social inclusion through the so-called digital inclusion?

**KEYWORDS:** SOCIAL INCLUSION; DIGITAL INCLUSION; WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (CMSI); INTERNET GOVERNANCE FORUM (IGF).

## RESUMEN

Aunque algunas políticas nacionales adoptadas en Brasil buscan expandir las tecnologías basadas en aspectos que contribuyen a la sociedad, la comunicación necesita ser comprendida de modo más amplio y en relación con otros sectores y derechos humanos, como educación; adolescentes y niños; seguridad pública/violencia, entre otros. Frente a este escenario, es necesario comprender la influencia de las Tecnologías de la Información y la comunicación (TIC's) en/como políticas sociales, cuestionando: ¿cómo estrategias globales y regionales – como la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI) y el Foro de Gobernanza de Internet (IGF) – contribuyen a la promoción de la inclusión social a través de la – llamada – inclusión digital?

**PALABRAS CLAVE:** INCLUSIÓN SOCIAL; INCLUSIÓN DIGITAL; CUMBRE MUNDIAL PARA LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN (CMSI); FORO DE GOVERNANZA DE LA INTERNET (IGF).



## 1. Uma cúpula e muitas vozes

Publicado pela Unesco em 1968, o Relatório McBride, intitulado “Um mundo e muitas vozes”, se constituiu num conjunto de reflexões cruciais para a compreensão da comunicação como estratégica para a sustentação do poder dominante na economia e na política. Foi um primeiro esforço de compreensão de um organismo multilateral no sentido de evidenciar a importância da comunicação para a sociedade no cenário mundial. Passados mais de 40 anos, o cenário restritivo descrito por seus elaboradores, bem como suas demandas e possíveis formas de superação, continuam bastante pertinentes e atuais na sociedade contemporânea.

Por sua vez, a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI) - ocorrida em dezembro de 2003, em Genebra, e novembro de 2005, na Tunísia – constituiu-se num espaço fundamental de interlocução entre governos, sociedade (grupos, organizações e movimentos sociais mais relacionados com o debate comunicacional) e mercado (grupos de mídia em especial), visando o estabelecimento de propostas (visões estratégicas e soluções táticas) para superar o distanciamento entre incluídos e excluídos no acesso e na assimilação dos meios digitais, especialmente as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Se realmente é possível considerar a CMSI como uma espécie de continuidade dos debates fomentados em torno e a partir do Relatório McBride, na medida dos esforços no âmbito das relações multilaterais, por outro lado há muito que se recuperar em termos da capacidade de análise e concepção de um cenário que evidencie a problemática da comunicação e suas tecnologias no cenário contemporâneo, afirmando a crítica necessária ao atual estágio de concentração dos meios e as possibilidades reais de superação desse desequilíbrio.

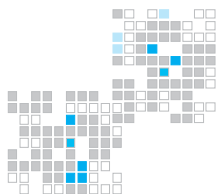
Para José Marques de Melo (2008, p. 43), apesar do Relatório McBride representar um símbolo da guerra-fria, parecendo condenado ao limbo histórico, “ele vem suscitando instigante re-visita nes-

te momento em que a comunidade internacional discute o estatuto da sociedade da informação”, referindo-se à CMSI quando afirma que “algumas teses debatidas na recente Conferência de Genebra sobre a inclusão digital estão ancoradas nos mesmos problemas diagnosticados pela Comissão MacBride”, já que ambas as iniciativas tratam de um mesmo cenário de exclusão do acesso, do controle, da produção e da circulação de informações a partir das tecnologias existentes.

Venício Lima (2008) considera o Relatório McBride como “o primeiro documento oficial de um organismo multilateral que não só reconhecia a existência de um grave desequilíbrio no fluxo mundial de informação e comunicações, mas apresentava possíveis estratégias para reverter a situação”. Para o autor, o Relatório “alavancou a discussão sobre os desequilíbrios do fluxo de informação e comunicações também em níveis regional, nacional e local”, dando origem “ao movimento que culminou com a realização, em duas etapas, da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em Genebra (2003) e em Tunis (2005)”.

Uma análise mais detida sobre resultados e desdobramentos da CMSI, manifesta nos seus documentos finais, a saber: a “Declaração de Princípios” e o “Plano de Ações”, evidencia o tanto a desejar de suas articulações e o outro tanto a se construir a partir dos processos derivados de suas resoluções. Ao longo de sua preparação e durante suas duas fases foi possível acompanhar a mobilização e a disposição de governos, empresas de comunicação e integrantes da sociedade civil para o debate em torno de seus temas e a formulação de propostas capazes de proporcionar a concretização da chamada sociedade da informação, nos moldes tais como a concebiam.

Diferente das outras conferências temáticas realizadas pela ONU desde a Rio 92, sobre meio-ambiente, esse evento contou com uma participação mais ativa de integrantes não governamentais, que



antes somente assistiam aos debates, mas não se inseriam nos processos de realização da Cúpula e seus debates específicos. O maior envolvimento de diversas organizações da sociedade civil, de diferentes setores e temáticas sociais, permitiu compreender que a afirmação da sociedade da informação através da chamada inclusão digital deveria levar em conta a inclusão da sociedade, no que diz respeito ao atendimento de suas necessidades e seus interesses.

Nesse espírito foi que, ao final da Cúpula oficial, representantes de organizações da sociedade civil lançaram a Declaração da Sociedade Civil em Genebra, intitulada “Construir sociedades da informação que atendam necessidades humanas”, na qual ressaltam que “nossas opiniões e o interesse geral que expressamos coletivamente não estão adequadamente refletidos nos documentos da Cúpula”, na medida em que se empenham numa concepção de desenvolvimento baseado nos direitos humanos fundamentais, “orientado a alcançar uma distribuição mais equitativa dos recursos, que conduzam à eliminação da pobreza de forma ambientalmente sustentável e não exploratória” (Selaimen; Lima, 2004, p. 87-8).

Mas também foi o espaço em que se constituiu o Fórum de Governança da Internet (FGI), a partir do Grupo de Trabalho em Governança da Internet. Segundo Claudia Padovani (In: Visions, 2005, p. 41, tradução do autor), em Genebra foi feita uma escolha formal pela criação do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet, pela necessidade de uma reflexão posterior sobre essa questão controversa, com base “num processo aberto e inclusivo (...) (para assegurar) completa e efetiva participação”.

Foram realizadas várias reuniões preparatórias para a Cúpula, com participação de governos, empresas e sociedade civil, visando definir encaminhamentos, distribuir tarefas e delinear políticas capazes de colocar em prática os anseios da sociedade mundial. Resultaram nos documentos citados e no desdobramento de políticas em torno do FGI,

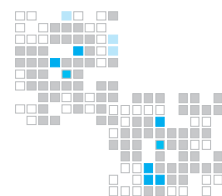
que teve encontros anuais na Grécia (2006), no Rio de Janeiro (2007) e na Índia (2008), mobilizando governos e blocos regionais no mundo inteiro, voltados para implementar políticas nacionais para o cumprimento das metas estabelecidas na Cúpula.

Assim, na reunião mais recente, realizada em Hyderabad, Índia, o FGI (Foro, 2008, p.9, tradução do autor) reafirmou seu tema geral “Internet para todos”, junto com seus sub-temas: “chegar ao próximo 1 bilhão”, “fomentar a segurança e a confiança no ciberespaço” e o “fomento da segurança, da privacidade e da abertura”, concebendo a Internet na

**Não é possível conceber uma Sociedade da Informação ou da Comunicação imbuída do espírito de estimular o conhecimento de seus integrantes, sem que seus conteúdos não sejam compartilhados como bem comum [...]**

melhora de nossa qualidade de vida e na contribuição ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, considerando suas implicações para os ajustes necessários por parte das políticas nacionais e acordos regionais em áreas distintas como educação, desenvolvimento sustentável, propriedade intelectual, etc.

Todos os esforços realizados pelo Fórum de Governança da Internet, que se estrutura em Coalizões Dinâmicas formadas por representantes tripartite em todo o mundo, são voltados à viabilidade de estabelecer a afirmação de Direitos e uma política de governança da Internet que incorpore o conjunto dos países do planeta. Nesse sentido é que são trabalhadas a Coalizão Dinâmica sobre a Carta de Direitos da Internet (disponível em <http://www.internet-bill-of-rights.org/>) e o debate em torno de referências para os Princípios da Internet, para o qual foi criado um fórum online de discussões para participantes de todas as outras Coalizões Dinâmicas e suas temáticas serão trabalhadas em evidência nas futuras edições do FGI.



### 1.1 Problemas a enfrentar, políticas a implementar

Os principais embates que vem sendo trabalhados dizem respeito à compreensão dos modelos em exercício e propostos em relação à chamada governança da própria Internet e às visões em torno da compreensão conceitual e aplicada do termo sociedade da informação e outros derivados.

De acordo com PIRES (2008), a Internet permanece sendo controlada pelos Estados Unidos, através da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), que “embora aparentemente (...) seja uma empresa sem fins lucrativos, (...) está de fato assegurando o total controle político-econômico da Internet pelos EUA, através de sua estrutura organizacional”, que implica na “atribuição de parâmetros de protocolo da Internet, pela supervisão do sistema de nome de domínio, pela alocação de blocos de números de endereços IP e pela gestão do servidor raiz do sistema”. Ou seja, seu exclusivo controle comercial em conjunto com a VeriSign (responsável pelas certificações digitais), enquanto o controle militar do ciberespaço permanece sob responsabilidade do Departamento de Defesa norte-americano.

Uma contraproposta na ampla dimensão da Internet somente poderia partir atualmente de uma coalizão de governos, dada a indisposição irreversível em relação ao posicionamento dos Estados Unidos, do contrário seriam apenas redes locais ou mesmo regionais e sem significativa abrangência. Seja pela política ou pela diplomacia, o caminho mais compreensível a seguir é o de construir a concepção de uma Internet de todos, multilateral e horizontal, nos moldes de uma transformação paulatina do modelo vigente. E isso significa contar com a contribuição dos Estados Unidos nesse processo.

O site da ICANN publica atualizações sucessivas do seu “Guidebook for new generic Top-Level Domains (gTLDs)”, um guia para novos domínios genéricos de primeiro nível (não relacionados a países), que pode ser encontrado a partir da página

<http://www.icann.org/en/topics/new-gtlds/dag-en.htm> que visa, dentre outros assuntos relevantes, incorporar línguas não ocidentais (como russo, japonês, coreano etc). Sua quarta versão foi publicada em maio de 2010.

Outro tema relevante, que precisará ser enfrentado pelo conjunto da sociedade e governos dispostos a empreender uma governança democrática da Internet, é a necessidade de mobilizar esforços para superar a indisposição para viabilizar recursos e se comprometer com universalização da Internet no que diz respeito ao acesso e à capacitação para seu uso. Algo que se choca com a lógica da concepção mercantil que orienta o desenvolvimento da Rede, na qual “a estrutura atual dos setores da comunicação tende à concentração e, mais do que isso, à preservação de um modelo de exclusão pelos preços” (Bolaño, 2007, p. 103).

### 2. O debate conceitual

Uma série de autores relacionados às temáticas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e seus impactos na sociedade, bem como às tendências vinculadas as suas áreas de posicionamento nos campos de conhecimento aos quais pertencem foram sistematizados por Druetta (2004, p.18): “informatização da sociedade (Nora e Minc), sociedade da comunicação (Vattimo), revolução informacional (Miége), informacionalismo (Castells), era da pós-informação (Negroponte), sociedade do conhecimento (Drucker, Lévy) (...) dentre outros”.

Em geral trabalha-se a perspectiva de uma inclusão que diz respeito à expansão das tecnologias num contexto em que o mercado desempenha o papel de estabelecer novos negócios e fomentar inovações para a sociedade, cumprindo também o papel de dar conta de diferentes e necessárias funcionalidades, mas adequando a sociedade numa perspectiva meramente consumidora.

Segundo Matellart (2002, p. 55), os aspectos relacionados à constituição da sociedade da informação

## Seja pela política ou pela diplomacia, o caminho mais compreensível a seguir é o de construir a concepção de uma Internet de todos, multilateral e horizontal, nos moldes de uma transformação paulatina do modelo vigente.

se apresentavam em três vertentes: “o enfrentamento planetário entre Leste e Oeste, os termos do debate sobre a noção de informação e o lugar que as novas tecnologias da memória ocupam na história das civilizações”. No entanto, o debate sobre a sociedade da informação, sendo concebida como simplesmente o amplo acesso aos aparatos tecnológicos para o desenvolvimento de competências técnicas por parte das populações mundiais, é uma imagem que não faz mais parte nem dos debates travados entre governos, empresas e organizações da sociedade civil, no âmbito da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. A Declaração de Princípios firmada em sua primeira fase, realizada em dezembro de 2003, em Genebra, atesta em sua primeira cláusula: “nós, os representantes dos povos do mundo [...], declaramos nosso desejo e compromisso comuns de construir uma Sociedade da Informação centrada na pessoa, integradora e orientada ao desenvolvimento” (Selaimen; Lima, 2004, p.44).

Não é possível conceber uma Sociedade da Informação ou da Comunicação imbuída do espírito de estimular o conhecimento de seus integrantes, sem que seus conteúdos não sejam compartilhados como bem comum, para aqueles dispostos e interessados em participar de projetos integrados numa perspectiva social, capazes de aglutinar tais perspectivas.

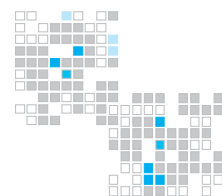
Um conjunto de organizações sociais capazes de aglutinar tais perspectivas tem, no campo comunicacional, diversas possibilidades sociais de atuação e aproveitamento: em primeiro lugar a capacidade de pautar a temática comunicacional em outras áreas de atuação, de desenvolver experiências capazes de envolver os mais diversos atores sociais a partir de espaços já existentes, sejam eles autôno-

mos, com apoio da iniciativa privada ou mesmo no âmbito governamental (canais universitários ou governamentais de TV a Cabo, conselhos ou grupos de trabalhos nos quais se contemple a participação da sociedade civil ou a própria luta pela expansão desses espaços) e, também, aprimorar-se na capacitação tecnológica, jurídica e organizacional para vislumbrar experiências e regulações democratizantes, assumindo este como objetivo último, mas tendo-o como consequência do fortalecimento de suas ações.

Buscou ser assegurado o papel protagonista da sociedade, na perspectiva de uma apropriação social das TICs que remeta à afirmação da cidadania nos diversos países, a partir da compreensão de determinados eixos, expressos na Campanha CRIS (sigla em inglês para a expressão Sociedade da Informação pelos Direitos à Comunicação): desenvolvimento sustentável; governabilidade democrática; alfabetização, educação e pesquisa; direitos humanos; conhecimento global de domínio público; diversidade cultural e linguística; segurança da informação.

O debate sobre a necessidade de efetivação do Fundo de Solidariedade Digital, proposto na CMSI pelo Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, evidencia a atual indisposição dos países em afirmar o acesso amplo da sociedade às tecnologias disponíveis, reforçando o abismo existente entre incluídos e desprovidos do acesso à Internet, suas ferramentas e recursos. O Fundo de Solidariedade Digital teria como membros representantes do governo e da sociedade civil de todo o mundo e seria financiado pelos governos.

Este projeto pretende acabar com a brecha digital, dando orientação às pessoas através dos meios de comunicação tradicionais e comunitários, não



unicamente à Internet. As doações e possíveis contribuições que a iniciativa privada e os governos poderiam proporcionar exerceriam um importante papel no desenvolvimento tecnológico da África. No entanto, o estágio atual do Fundo é que, sendo uma iniciativa voluntária em relação às empresas e países, a adesão vem sendo feita de modo limitado pelos países.

Na Agenda para a Sociedade da Informação, aprovada na segunda fase da CMSI, em novembro de 2005, na Tunísia, se reconhece o Fundo de Solidariedade Digital como um “mecanismo de financiamento de natureza voluntária, aberto a agentes interessados (...) enfocando principalmente necessidades específicas e urgentes no nível local e buscando novos caminhos voluntários de finanças solidárias” (Túnis, 2005, p.6).

### 3. Sobre marcos e princípios

A formulação de políticas públicas emanadas da sociedade é diretamente proporcional à capacidade de compreensão da importância da comunicação, bem como a consequente reivindicação de direitos e garantias por parte de setores organizados da sociedade para tal fim. Incide em setores tais como a universalização de serviços como os de radiodifusão, telecomunicações e Internet banda larga; criação e disseminação de telecentros, pontos de cultura e os recentes pontos de mídia livre; estruturação do sistema público de comunicação, envolvendo rádio, TV aberta e a cabo; capacitação para os meios, dentre outras áreas.

A posição brasileira em relação à nova sociedade da informação mundial e o que o governo vem fazendo para que ela se torne realidade no país foi apresentada em Genebra, 2003, na primeira parte da Cúpula e vem sendo debatido pelo governo desde a criação do Grupo Interministerial de Trabalho para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, tendo a participação de representantes do Ministério

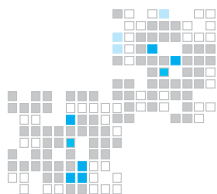
da Ciência e Tecnologia; das Comunicações; da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; da Cultura; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda; da Assistência Social; da Saúde; da Justiça; da Casa Civil da Presidência da República; do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Esse preparo do governo foi acompanhado, mesmo que de forma distante, pela sociedade civil, que verificou nas reuniões preparatórias para a Cúpula de Genebra uma vocação para a tecnologia por parte das prioridades governamentais. Pois, é notória a maior visibilidade da representação que a ANATEL ganhou no Grupo Interministerial de Trabalho para a Preparação da Participação do Brasil na CMSI, onde a instância técnica está sendo tida como prioritária, embora seus integrantes não assumam essa tendência.

Conforme o Embaixador Pinheiro Guimarães Neto, em seu discurso na Cúpula (2003), a presença do governo brasileiro se deve ao fortalecimento dos ideais humanitários defendidos pela ONU e à igualdade soberana dos Estados. Para o governo brasileiro, “a construção de uma Sociedade da Informação realmente inclusiva demanda o estabelecimento de um modelo multilateral, transparente e democrático de Governança da Internet, no qual todos os países tenham voz e capacidade de influência”.

Como afirmou o Ministro Interino, a exclusão digital é uma nova forma de exclusão social e, na medida em que provoca muitas desigualdades, o governo brasileiro transformou a inclusão digital em política pública. “O Governo brasileiro vem investindo em um Programa de Governo Eletrônico, atento às possibilidades oferecidas pela Internet para a prestação de serviços públicos à população, em especial para os setores marginalizados”.

Essa tecnologia precisa estar disponível para todos, preservando seu acesso a um número cada vez mais amplo de pessoas, compatível com



nossa diversidade cultural e social. “O primeiro fator a ser considerado - nosso fardo potencial humano - é poderoso em termos quantitativos e qualitativos. Temos abundância de mão-de-obra jovem, a qual vive na expectativa de empregos que a valorize”, afirma Hélio Santos, ao apresentar um de seus pressupostos para um Brasil Unificado (2001, p. 420).

As diversas iniciativas por parte do setor governamental nas esferas municipal, estadual e federal contribuem para afastar a ameaça da exclusão digital, possibilitando o acesso aos meios disponíveis. O aproveitamento dessas tecnologias na produção de conteúdos e perspectivas de uso, por sua vez, demanda um trabalho mais intenso e consciente por parte da sociedade civil. Ou ainda, nas palavras de Sérgio Amadeu Silveira, “é preciso inserir as pessoas no dilúvio informacional das redes e orientá-las sobre como obter conhecimento” (2001, p.21).

### 3.1 A comunicação de todos nós

Na abordagem já apresentada aqui por Melo (2008), a proposta de um novo modelo de comunicação horizontal “humanizado, não elitista, democrático e não-mercantil” foi inicialmente formulada “pelo boliviano Luis Ramiro Beltrán na reflexão intitulada “Desarrollo rural y comunicación social: relaciones y estrategias” (New York, Cornell University, 1974)” (Melo, 2008, p. 49). Essa perspectiva em relação a uma comunicação diferenciada se evidenciou no Relatório McBride, que desde então já se assumia concentrada na forma de monopólios, oligopólios e conglomerados.

Melo afirma que a transformação do indivíduo em sujeito ativo será apenas atingida diante da existência de uma “infra-estrutura comunicacional suficiente para atender as demandas sociais e se forem asseguradas condições de liberdade capazes de permitir o desempenho responsável dos agentes comunicacionais” (2008, p. 51), apontando ainda que “outro obstáculo reside na falta de competência

cognitiva para decifrar ou compreender as mensagens disseminadas pelos meios de comunicação”.

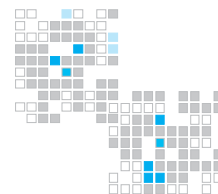
Ao comentar dois dos métodos que o Relatório McBride sugere diante dessa limitação, a saber, o “incremento da participação de ‘leigos’ na produção e emissão de programas” e o “fomento da comunicação ‘alternativa’”, Melo (2008) evidencia limitações e disparidades consideráveis no modo de como governos, academia e organizações sociais se posicionam diante das vias de comunicação democrática à disposição da sociedade contemporânea.

Sobre a participação de “leigos” na produção midiática, mostra “uma possibilidade restrita aos

**As diversas iniciativas por parte do setor governamental nas esferas municipal, estadual e federal contribuem para afastar a ameaça da exclusão digital, possibilitando o acesso aos meios disponíveis.**

micro-meios de comunicação, que funcionam em regime semi-artesanal”. Já que, em relação aos grandes meios, “essa possibilidade esbarra no sistema produtivo que os caracteriza, pautado por rotinas fixas e prazos rígidos, cujo rompimento significa perigo para a saúde financeira das empresas” (2008, p. 52).

Sobre o fomento à comunicação “alternativa”, afirma que este “tem se mostrado eficaz, em situações historicamente determinadas, quando o conjunto da sociedade está mobilizado para alcançar metas de interesse coletivo”, ressaltando que “ainda existe espaço, no panorama contemporâneo, para iniciativas dessa natureza, principalmente nos âmbitos regional e local” (Melo, 2008, p. 52), mas “A proposta de co-gestão ou “autogestão” só pode ser viabilizada em meios de comunicação pertencentes ao Estado ou às organizações sociais, tendo em vista os dispositivos legais vigentes, garantindo liberdade de iniciativa às empresas privadas de comunicação” (Melo, 2008, p. 52).





Tal raciocínio vai ao contraponto da própria formulação da CMSI, em especial das demandas da sociedade civil, e do próprio processo de apropriação social das TICs promovido não só pelas organizações da sociedade, como das pessoas em geral, possibilitando as mais distintas conexões e demandando um debate cada vez mais amplo e inclusivo, no âmbito do debate em torno da Governança da Internet.

Entretanto, não se pode deixar de concordar com uma de suas afirmações, que dizem respeito diretamente à contribuição da comunicação para a construção de políticas públicas pautada em fatores estruturantes como escolarização eficaz, investimentos em infra-estrutura e distribuição de renda: “sem que tais fatores sejam acionados e produzam efeitos duradouros, as tarefas de democratização da comunicação correm o risco de ficarem simplesmente reduzidas a figuras de retórica” (Melo, 2008, p. 53).

#### 4. Sobre políticas e processos

O eLAC2007 é o Plano de Ação Regional sobre a Sociedade da Informação para América Latina e Caribe para o período de 2005 a 2007. É uma agenda que trabalha com a importância das TICs para o desenvolvimento econômico e social da região. Trabalha com 30 áreas temáticas com 70 atividades a curto prazo, contribuindo com a implementação de longo prazo do Plano de Ação Global da CMSI, levando em consideração os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Considera-se uma ferramenta que intermedeia as necessidades dos países da região e o ritmo de desenvolvimento mundial.

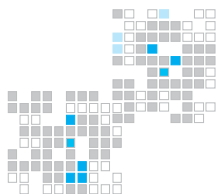
As metas do eLAC2007 se estruturam dentro de cinco áreas: o acesso e inclusão digital, a criação de capacidades e conhecimentos, a eficiência e transparência dos conteúdos e serviços públicos, os instrumentos de política e o entorno habilitador. As atividades apontam três tipos de benefícios potenciais: potencializar projetos regionais, impulsionar estratégias; e aprofundar conhecimento.

No documento “Monitoreo del eLAC2007: avances y estado actual del desarrollo de las Sociedades de la Información en América Latina y el Caribe” (Osilac, 2007) levou-se em consideração os itens acesso e inclusão digital; criação de capacidades e de conhecimentos; transparência e eficiência públicas; instrumentos de política; entorno habilitador. No que tange a acesso e inclusão digital, observou-se que não houve avanço nos Centros de Saúde, mas avançou-se em infra-estrutura regional e em escolas e bibliotecas. Há um avanço moderado nas metas trabalho e tecnologias alternativas, avançando-se mais em centros comunitários e governos locais.

Observou-se que, como existem benefícios do eLAC2007 como uma meta-plataforma público/privada de cooperação regional, é preciso manter sua importância para o desenvolvimento digital. E, no caso do desenvolvimento digital de áreas públicas, mostra uma decisiva heterogeneidade entre países, o que se leva à intensificação do monitoramento das atividades como meio para a identificação de práticas melhores e é preciso facilitar o intercâmbio de experiências entre autoridades do setor público na região.

A partir deste monitoramento percebe-se a contribuição das TICs no/como empreendimento de políticas sociais, no contexto do próprio desenvolvimento tecnológico nos países da América Latina. Concertações globais como a CMSI e regionais, como o Compromisso do Rio, estabelecem o posicionamento de governos em relação aos seus blocos de origem nos debates internacionais, em relação a seus países e respectivos debates internos orientadores de agendas nacionais e, por fim, em relação à sociedade beneficiária diretamente das transformações tecnológicas na ponta.

A inclusão digital se faz aqui no cotidiano social, visto que a população cada vez mais assimila benefícios, mas não só, que as tecnologias digitais proporcionam. Apropriar-se socialmente das possibilidades de uso das TICs representa também



assumir dimensões como a disponibilidade de infra-estrutura (hardware, software e serviços de energia e telecom); a capacitação de monitores/facilitadores e pessoas das comunidades para utilização de recursos; e soluções a partir da produção de conteúdos próprios e utilização de conteúdos já existentes e disponíveis.

## Conclusão

Um favorecimento substancial a políticas públicas nos mais variados setores é a inserção de recursos relacionados às Tecnologias de Informação e Comunicação na constituição de seus marcos. Esta demanda pode ser evidenciada tanto por uma análise mais detida sobre o desenvolvimento de políticas públicas na América Latina,

quanto pelos debates e resoluções em torno de dois importantes marcos no debate sobre a democratização da comunicação e a disseminação das tecnologias disponíveis.

O que não parece estar tão evidente é ainda o protagonismo da sociedade na formulação e na construção dessas políticas públicas. Seja em relação à efetividade dos mecanismos de co-gestão, seja na visibilidade de princípios norteadores de uma política integrada de governo, que ao mesmo tempo em que seja capaz de implementar transformações relevantes e louváveis na área de *software* livre e governo eletrônico, também incentive, legitime e proporcione sustentabilidade às diversas iniciativas de rádio efetivamente comunitárias existentes no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLAÑO, César (org.). *Economia política da Internet*. Aracaju: Ed. UFS, 2007.

FORO de Governança da Internet. Publicado em dez. 2008. Disponível em <[http://www.intgovforum.org/cms/hydra/prog\\_paper\\_hyd.2008/SP08.S.pdf](http://www.intgovforum.org/cms/hydra/prog_paper_hyd.2008/SP08.S.pdf)>. Acesso em 10 mar. 2009.

GUIMARÃES NETO, Samuel Pinheiro. *Software Livre: cultura de solidariedade e de compartilhamento*. Publicado em 10/12/2003. Disponível em <http://www.softwarelivre.gov.br/artigos/SamuelGenebra>>. Acesso em 22 out. 2009.

LIMA, Venício A. de. *Nova ordem da informação: Ideia é lançada 30 anos depois*. In Observatório da Imprensa. Publicado em 21out. 2008. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=508CID001>>. Acesso em 10 mar. 2009.

MAHER, David. *Mexico City Hosts an Eventful ICANN Meeting*. Publicado em 09 mar. 2009. Disponível em <[http://www.circleid.com/posts/20090309\\_mexico\\_city\\_hosts\\_eventful\\_icann\\_meeting/](http://www.circleid.com/posts/20090309_mexico_city_hosts_eventful_icann_meeting/)>. Acesso em 12 mar. 2009.

MATELLART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, José Marques de. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. *Logos 28: Globalização e comunicação internacional*, ano 15, p. 42-59, 1º semestre, 2008.

OSILAC. *Monitoreo del eLAC2007: avances y estado actual del desarrollo de las Sociedades de la Información en América Latina y el Caribe*. Publicado em 09/2007. Disponível em <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/29945/P29945.xml&xsl=/ddpe/tpl/p9f.xsl&base=/socinfo/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em 22 out. 2010.

PIRES, Hindenburgo Francisco. *Governança global da Internet: a representação de topônimos de países no ciberespaço*. Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica “Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008”, 26 - 30 de mayo de 2008, Universidad de Barcelona. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/415.htm>>. Acesso em 20 out. 2009.

SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: SENAC, 2001.

SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo. *Cúpula Mundial sobre a sociedade da informação: um tema de tod@s*. Rio de Janeiro: RITS, 2004.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

VISIONS in process II. *The World Summit on the Information society*. Geneva 2003 - Tunis 2005. Berlin: Heinrich Böll Foundation, 2005.

*TUNIS Agenda for the Information Society* (2005). Publicado em 18 de novembro de 2005. Disponível em: <[http://www.igfbrazil2007.br/docs/Important\\_Documents-Tunis\\_Agenda.pdf](http://www.igfbrazil2007.br/docs/Important_Documents-Tunis_Agenda.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2010.

